

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.700, DE 2012 (Apenso o PL nº 5.614/2013)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado GEORGE HILTON

I – RELATÓRIO

Vem à Câmara dos Deputados, para revisão, o PL 4.700/2012, que *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior*. Originado no Senado Federal, onde tramitou como PLS nº 247/2011, o projeto original é de autoria do Senador Marcelo Crivella. No art. 1º indica-se o objeto da proposição; no art. 2º determina-se a inclusão de um inciso IV-A no art. 9º da LDB - Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelo qual se incumbe a União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, de estabelecer diretrizes e procedimentos para a identificação, cadastramento e atendimento dos estudantes com altas habilidades ou superdotação. No art. 3º acresce-se um art. 59-A ao Cap. V da LDB - Lei nº 9.394/ 1996 -, prevendo que o Poder Público institua cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica ou superior, com a

finalidade de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. No parágrafo único estipula-se que o regulamento definirá o necessário para o cumprimento dos objetivos do projeto e no art. 4º estipula-se em quatro anos, a partir da publicação da lei, o prazo para cumprimento das determinações nele dispostas. E por fim o art. 5º estabelece que a lei em que o projeto se transformará entrará em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar sua proposição o autor afirma pretender evitar o desperdício de talentos *que poderiam contribuir, de maneira significativa, para o desenvolvimento nacional*. Afirma ele que para assegurar a *“identificação precoce dos alunos com altas habilidades/superdotação, de modo a incluí-los o mais cedo possível no cadastro nacional e nas políticas de apoio e fomento a suas potencialidades, sejam promovidas amplas iniciativas de formação inicial e capacitação em serviço para os profissionais da educação pública. Só assim será possível dar materialidade ao cadastro ensejado. (...)”*

Chegado à Câmara dos Deputados em 12/11/2012, o projeto foi distribuído pela Mesa Diretora, em 27/12/2012, às Comissões de Educação (CE) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), conforme o Regimento Geral. Se sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime de prioridade.

Em 12/06/2013 a Mesa da Câmara determinou o apensamento do PL nº 5.614/2013, de autoria do ilustre Deputado Eduardo Barbosa, que *Altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para introduzir normas para garantir o atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades ou superdotação*. Este projeto propõe modificações específicas no art. 24 da LDB, que versa sobre as regras de organização da educação básica no país, de modo a facultar melhor alocação do aluno superdotado na estrutura escolar, ainda um tanto “amarrada”, segundo o proponente, por concepção obsoleta presente na LDB, *“promulgada em 1996, quando ainda predominava o conceito de “integração” que pressupunha que o aluno se adaptasse ao sistema educacional e não o contrário, que presume que o sistema educacional se ajuste ao aluno, conforme orientação atual oferecida pelo conceito de “inclusão” orientado com base na Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é signatário.”* Conforme o Deputado Eduardo Barbosa, *“A lei vigente há 17 anos não contempla as necessidades atuais dos alunos com altas habilidades ou superdotação, pois o*

sistema educacional da época não previa tal atendimento. (..)Embora o Censo Escolar de 2012 aponte a presença de pouco mais de 10.000 alunos com altas habilidades ou superdotação na rede de ensino pública e privada, prevalece a ignorância de práticas pedagógicas que visam beneficiar do ponto de vista acadêmico, cognitivo e socioemocional estes alunos no decorrer de sua vida escolar; impedindo que os mesmos sejam inseridos em um ambiente educacional que estimule seu potencial, respeite seu ritmo de aprendizagem e atenda suas necessidades específicas.” Entende então que “para que possam ser efetivadas as necessárias intervenções educacionais faz-se mister a alteração da LDBN de forma a contemplar uma regulamentação com regras, instrumentos e procedimentos que apoiem a implementação do atendimento especializado ao aluno com altas habilidades ou superdotação e propicie a adequação de processos pedagógicos e procedimentos administrativos, de forma a preencher a lacuna entre o que se pode fazer e o que está de fato sendo feito para efetivamente incluir este aluno.”

Na Comissão de Educação, onde deu entrada em 06/02/2013, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inquestionável o mérito educacional e também social deste projeto de lei principal, que o Senado Federal envia a esta Casa e que pretende colaborar para a identificação, cadastramento e atendimento dos estudantes talentosos matriculados no sistema educacional brasileiro.

Tem toda razão o eminente autor da proposição original, o nobre Senador Marcelo Crivella, ao afirmar que *O Brasil carece de uma política de estímulo às pessoas com altas habilidades e superdotadas* e que *Um dos maiores gargalos nessa área diz respeito às dificuldades do sistema educacional para identificar os alunos superdotados ou talentosos, proporcionando-lhes serviços pedagógicos suplementares e especializados, que os motivem a permanecer na escola e a desenvolver plenamente suas habilidades de destaque.*

Não obstante os avanços na legislação nacional, ressalta o proponente, *estimativas da Organização Mundial de Saúde indicam que cerca de 5% da população tem algum tipo de alta habilidade. Em termos da população escolar da educação básica no País, isso equivaleria a mais de 2,5 milhões de alunos. No entanto, os registros do Censo Escolar são desalentadores: em 2008, apenas 2,5 mil jovens e crianças com superdotação/altas habilidades tinham sido identificados no sistema educacional. Essa dramática constatação nos leva a apresentar o presente projeto de lei.*

De fato, estas afirmações foram recentemente corroboradas em Audiência Pública sobre o tema da superdotação, realizada na Câmara dos Deputados, na fala da Sra. Macaé Evaristo, Secretária da SECADI (Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão do MEC), ao ressaltar que o Censo Escolar de 2012, que registrou matrícula de quase 60 milhões de alunos nos diversos níveis e modalidades da educação nacional, identificou apenas cerca de onze mil alunos como superdotados.

O mesmo afirma a Senhora Presidente do CONBRASD (Conselho Brasileiro para a Superdotação), no Ofício nº 06/13, de 6 de maio de 2013, encaminhado à Comissão de Educação: *“Conhecer o universo representativo deste segmento não é tarefa simples, notadamente face à dificuldade de identificação de alunos com AH/SD nas escolas brasileiras em que a OMS, em uma visão mais conservadora, estima ser de aproximadamente dois milhões em todo o país, e diferentemente dos dados apresentados no Censo educacional INEP/2012, de 11.025 estudantes, representando apenas 0,02% das estimativas de matrículas no país.”*

A proposição em foco postula, em seu art. 2º, a inclusão de novo inciso no art. 9º da LDB para incumbir a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de estabelecer diretrizes e procedimentos para a identificação, cadastramento e atendimento dos estudantes com altas habilidades ou superdotação; preconiza também, em seu art. 3º, que o Poder Público institua cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica ou superior, para fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. Entendemos não só meritórias como também imprescindíveis tais iniciativas, em vista das declarações das

autoridades da área. A Constituição Federal de 1988 assegura a todas as nossas crianças e jovens o acesso ao ensino regular público, assim como à diferenciação curricular e ao atendimento especializado, em caso de necessidade. A LDB, de 1996, o 1º Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, e agora, o novo projeto de lei do 2º PNE, no momento em apreciação no Senado Federal, ao desdobrarem os preceitos constitucionais garantidores do direito à educação aos alunos com deficiência, reconhecem explicitamente a necessidade de atendimento adequado a essas crianças e jovens talentosos.

Mas o que a legislação educacional hoje prevê para esses alunos é ainda insuficiente. Por se tratar de condições básicas e fundamentais relativas ao ensino e à aprendizagem, o diagnóstico precoce e o adequado encaminhamento escolar do estudante talentoso necessitam ainda de dispositivos legais que lhe assegurem as condições de justiça e equidade no atendimento educacional. Alunos com habilidades acima da média precisam de estímulos apropriados e procedimentos diferenciados para se desenvolverem na escola. Igualmente importante será também a criação de um cadastro nacional de alunos com superdotação ou altas habilidades, que possa subsidiar e melhor orientar as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

No mesmo sentido, queremos ressaltar a contribuição do ilustre Deputado Eduardo Barbosa, que com sua proposição especifica aprimoramentos na LDB de modo a assegurar o acolhimento e a possibilidade de inclusão efetiva dos alunos superdotados/portadores de altas habilidades na estrutura escolar, o que hoje ainda não se faz a contento por diversas razões, entre as quais as concepções ultrapassadas que ainda se mantêm acerca do assunto na nossa lei maior educacional e a consequente falta de amparo legal para a tomada de decisões nas escolas que lhes permitam avançar na medida de suas capacidades.

À luz da argumentação precedente, somos, portanto, pela aprovação do PL nº 4700/ 2012, do Senado Federal, que *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior*. Somos também pela aprovação de seu apensado, o PL nº 5.614/2013, que *Altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para introduzir normas*

para garantir o atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades ou superdotação, na forma do **Substitutivo** que oferecemos.

E por fim, solicitamos o apoio de nossos Pares ao nosso posicionamento.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado GEORGE HILTON
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.700, DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior.

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º.....

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior.

....."
.....

"Art. 24.
.....

II - a classificação em qualquer série ou etapa poderá ser feita:

.....

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série serão admitidas formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

.....

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para todos os componentes curriculares;

.....

"Art. 59-A. O Poder Público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica ou superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce dos alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro e as políticas de desenvolvimento de suas potencialidades, de que trata o caput deste artigo, bem como as entidades responsáveis pelo cadastramento e os mecanismos de acesso aos dados do cadastro serão definidos em regulamento." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado GEORGE HILTON
 Relator